

Avaliação Constitucional Conseqüente – Uma Proposta Metodológica

Alberto Fernando Monteiro do Nascimento
Paulo Fernando Araújo de Souza
Robert Lassance

RESUMO

Este artigo baseia-se na experiência de avaliação institucional da Universidade Católica de Brasília - UCB, de 1997 a 2000, que levou à concepção de uma metodologia simples e objetiva. Esta nova forma de organização e exposição de resultados de avaliações torna mais eficaz o processo decisório e a conseqüente realização das mudanças necessárias para responder aos problemas apontados. Preliminarmente, são considerados os fundamentos teóricos da avaliação de programas e projetos educacionais, no âmbito da avaliação institucional. O item principal contém a justificativa e a descrição da metodologia proposta, apresentando a Planilha de Resultados e Ação como instrumento de organização e apresentação dos resultados de avaliações. Com o instrumento descrito, os avaliadores proporcionam às autorida-

*Alberto Fernando
Monteiro do
Nascimento*

*Mestre em Economia Rural,
Universidade Federal
de Viçosa, MG.*

*Diretor Presidente da
Fundação Univera*

*Paulo Fernando
Araújo de Souza*

*Doutor em Bioquímica,
Oxford University.*

*Diretor do Curso de
Nutrição da Universidade
Católica de Brasília*

Robert Lassance

*Mestre em Psicologia,
Universidade de Brasília.*

*Professor da Universidade
Católica de Brasília.
Assessor de Avaliação
Institucional da
Universidade Católica
de Brasília*

des envolvidas a oportunidade de conhecer os pontos críticos levantados e decidir sobre o encaminhamento de soluções, de forma objetiva, fundamentada, racional e segura. Por fim, recomenda-se sua experimentação em outras situações de forma a se aproveitar sua capacidade de contribuição à geração de conseqüências para as avaliações empreendidas.

Palavras-chave: Avaliação institucional – Metodologia de Avaliação.

1. Contextualizando a Avaliação

Os princípios filosóficos e as diretrizes básicas da avaliação institucional – tal como propostas pelo Programa de Avaliação Institucional das Universidades

Brasileiras – PAIUB, adotado pelo Ministério da Educação e do Desporto – MEC na década passada –, conduzem a uma postura em que a co-responsabilidade na execução e na avaliação é um fator essencial ao sucesso do programa educacional. As técnicas e os procedimentos de pesquisa avaliativa, utilizadas na avaliação institucional, em nada diferem dos demais sistemas avaliativos, mas busca maior abrangência e são voltados ao aperfeiçoamento consciente e participativo de toda a comunidade acadêmica.

Na área acadêmica, as dificuldades sobre o planejamento e a formalização de atividades de avaliação são comuns, agravadas pela complexidade inerente aos processos educacionais. A avaliação institucional representa importante avanço na organização e sistematização das atividades avaliativas desenvolvidas nas instituições de ensino superior.

Nas universidades, tem-se alguma clareza de como avaliar os desempenhos de alunos e professores, a aprendizagem dos alunos, a qualidade de cursos. Mas, para cada objeto bem definido e delimitado, tem-se uma variedade de outros programas, projetos e atividades desenvolvidas nas instituições de ensino sem o necessário planejamento e formalização prévios à sua execução ou sem limites precisos de seu alcance e implicações. As atividades extracurriculares, os eventos institucionais, as atividades de extensão, os eventos acadêmicos, a vivência comunitária, as modalidades de estágios, as monitorias e outras atividades têm, freqüentemente, se desenvolvido na vida acadêmica, indepen-

dente de um planejamento estruturado ou de uma avaliação sobre seu desenvolvimento e impacto.

Denomina-se, normalmente, de avaliação desses objetos, a aplicação isolada e restrita de um questionário sobre o público alvo da ação educacional. Os resultados são tratados de maneira parcial e tomados como reflexo da verdade. Caracterizam-se, inexoravelmente, como pseudo-avaliações, segundo denominação proposta por *Stufflebeam & Webster (1994)*, não por traduzirem intenções escusas, mas por não investigarem outros aspectos relevantes dos objetos avaliados.

2. Relembrando Aspectos Metodológicos

A avaliação de programas e projetos educacionais ou acadêmicos impõe um conjunto de procedimentos que podem caracterizá-la como pesquisa avaliativa. Como toda pesquisa, a avaliação tem de ter sua metodologia planejada, de forma a assegurar sistematicidade e objetividade às ações empreendidas. Os principais aspectos metodológicos que devem constituir motivo de preocupação para o avaliador estão sumariamente descritos em *Nascimento & Lassance (2000)*, *Aguilar & Ander-Egg (1994)*, *Cohen & Franco (1993)* entre outros.

2.1. Seleção de Métodos e Construção de Instrumentos de Coleta de Dados

Os instrumentos e técnicas de avaliação estão em constante processo de revi-

são e aprimoramento através da prática. Na avaliação institucional, os métodos e instrumentos mais utilizados, tanto para a avaliação do processo educacional propriamente como do desenvolvimento de programas e projetos, são:

- questionário fechado, aberto ou semi-aberto;
- pesquisa de opinião (levantamento ou *survey*);
- entrevista aberta, pré-codificada ou semi-aberta;
- observação participante e observação não-invasiva;
- testes referenciados a critérios e a normas;
- análise de conteúdo;
- análise documental;
- levantamento de indicadores institucionais;
- análise de *portfólios*;
- métodos não-invasivos.

A utilização de instrumentos diversificados e a busca de informações em múltiplas fontes permitem obter resultados capazes de oferecer uma visão global do processo, sem perda do necessário detalhamento em aspectos pontuais.

Stark (1998) discute a diferença entre avaliação e pesquisa avaliativa, apontando que a pesquisa avaliativa estritamente científica busca, em seus instrumentos e resultados, a garantia de validade interna e externa, muitas vezes optando por estratégias experimentais em contraposição à captação de dados em ambiente natural. A avaliação contextualizada pela avaliação institucional permite a sua desvinculação da

necessidade estrita de rigor científico, priorizando sua objetividade, exequibilidade, credibilidade e relevância, buscando sua garantia na dimensão ética, mais do que na aceitação científica. Defendendo a avaliação contextualizada, Stark (1998) cita as necessidades de contexto para validar a pesquisa avaliativa sem pretensões rigorosamente científicas. As avaliações realizadas no âmbito da avaliação institucional podem se inscrever entre estas, que não buscam obediência estrita ao rigor científico, mas têm como parâmetro este contexto maior que as justificam.

2.2. Plano de Análise e Processamento das Informações

2.2.1. Consolidação dos Dados e Informações

Independente do tipo de metodologia a ser utilizada na avaliação pretendida, é necessário que o plano de análise dos dados e informações seja previsto e contextualizado.

A contextualização da análise das informações compreende a adequação entre os resultados proporcionados pela avaliação e o grau de formalidade que a técnica utilizada na coleta dos dados permite. Estudos formais e estruturados possibilitam dados mais objetivos, quantificáveis e comprováveis, em relação aos estudos mais informais. Devem ser consideradas as funções, a utilidade, a demanda pela avaliação e as circunstâncias de sua implementação. Ao analisar os dados obtidos, há que considerar a natureza, a

quantidade, a consolidação quantitativa e qualitativa das informações, bem como os contextos macro e micro relacionados com os resultados.

Neste momento, o avaliador deve ter preocupação especial com a organização e apresentação desses resultados e as conseqüências esperadas. A avaliação pode se descaracterizar nesta fase, como argumenta *Stufflebeam e Webster (1994)*, transformando-se em pseudo-avaliação, quando organiza e apresenta os resultados de forma parcial, atendendo aos anseios políticos para desqualificar ou exaltar determinada face da realidade do programa ou da ação avaliada, ignorando outras dimensões significativas.

2.2.2. Organização e Apresentação dos Resultados Finais

A etapa de organização e consolidação de resultados é tão importante quanto o planejamento e a execução da avaliação. O relatório é um dos instrumentos de organização dos dados e resultados obtidos, normalmente utilizado para realizar as reflexões decorrentes. As conclusões, claras e objetivas, devem ser tecidas em função destas reflexões.

O relatório tem por objetivo informar, relatar, fornecer resultados, dados e/ou experiências que permitam aos interessados a constatação das atividades avaliativas desenvolvidas e dos resultados alcançados. É usado para documentação de observações, estudos, pesquisas, circunstâncias, investigações, metodologias etc., para embasar tomadas de decisões, e para facilitar o exer-

cício do controle administrativo.

Dois equívocos são normalmente cometidos pelos avaliadores quando produzem seus relatórios: (a) julgam que o seu trabalho terminou com a apresentação do documento. Esquecem ou desconsideram que sua participação é decisiva na etapa posterior, de interpretação final e de tomada de decisões. O segundo equívoco (b) é acreditar que o relatório é suficiente, por si, para gerar essas decisões, quando freqüentemente é apenas a etapa inicial de um longo processo de discussão.

São várias as formas de apresentação de relatórios, desde as mais descritivas e abrangentes até as mais sintéticas e específicas, em função do objetivo que se propõem cumprir, do aprofundamento que necessitam ter, do grau de alcance, em termos de grupos hierárquicos, que se deseja obter, entre outros fatores.

Existem alternativas de simplificação de relatórios, enquanto instrumentos facilitadores da discussão dos resultados de avaliação. Pode-se ilustrar os resultados, ou pode-se objetivar a análise e, com isso, otimizar o tempo necessário para a tomada de decisões sobre aspectos que, embora pontuais, sejam relevantes para o conjunto. É sobre uma dessas alternativas que este trabalho discorre daqui para diante.

3. Tornando a Avaliação Conseqüente

Na literatura especializada do campo da avaliação há, indistintamente, o consenso de

que a avaliação deva ser conseqüente. Não se entende que a avaliação possa ser um fim em si mesma. Avalia-se para permitir às pessoas decidir, escolher, mudar, melhorar, permanecer onde está, mas tem-se claro alguma conseqüência esperada para o processo.

Braskamp & Ory (1984) assinalam o aspecto ético destas conseqüências, alertando que as decisões devem advir das pessoas envolvidas nos processos. Não podem ser ditadas pelos resultados da avaliação, tomando como certos os resultados, independente das pessoas, para justificar decisões institucionais.

A avaliação deve estar a serviço das pessoas, e não o contrário. Não podemos admitir que as pessoas sejam manipuladas, desmerecidas, ignoradas e desumanizadas em função de processos administrativos, avaliativos ou institucionais. Os avaliadores têm que definir os valores éticos, estéticos e morais, mediante os quais vai balizar suas ações na avaliação do trabalho e das ações humanas. A avaliação é um processo gerador de ansiedades, resistências, dúvidas e receios. Normalmente, a resistência das pessoas influencia seu posicionamento em relação aos resultados da avaliação, e as faz impedir ou sabotar as tentativas genuínas de melhoria e mudança. Uma avaliação que tem por objetivo claro o crescimento e a melhoria das condições de trabalho para os envolvidos tem alguma chance de promover a humanização e o verdadeiro engajamento dos profissionais na busca dessa melhoria.

Mentkowski (1994) apresenta a possibilidade de participação democrática e parcerias como qualidades determinantes

para a aceitação e institucionalização do processo de avaliação nas instituições de ensino. Os mesmos autores que argumentam a favor da variedade de fontes de dados, apresentam a participação e cooperação como requisito para processos avaliativos efetivos. *Braskamp & Ory (1984)*, *Sell (1994)* e o levantamento bibliográfico empreendido por *Seldin (1984)* constata a unanimidade entre os autores sobre o tema de que a avaliação na educação deve, tanto quanto possível, obter e permitir a participação dos envolvidos no processo avaliativo. Tem-se convicção de que este envolvimento é importante fator de diminuição das ansiedades e resistências dos envolvidos.

A partir da experiência no Programa de Avaliação Institucional da Universidade Católica de Brasília – UCB, dirigida a programas, projetos, setores e unidades acadêmicas, enquanto unidades de avaliação, desenvolveu-se um instrumento específico que atende simultaneamente às necessidades citadas, de ampliação da garantia de conseqüência e de participação dos envolvidos. Denominou-se o instrumento de Planilha de Resultados e Ação.

3.1. A Criação da Planilha de Resultados e Ação

A Planilha foi desenvolvida na avaliação de cursos da UCB, em 1997. Desde então, em várias avaliações específicas, na UCB e fora dela, tem sido usada a Planilha para a apresentação dos resultados e facilitação das decisões decorrentes da avaliação.

A metodologia de avaliação de cursos foi pautada, na fase de diagnóstico, em três etapas:

1) Pesquisa da opinião de alunos e professores acerca dos principais aspectos do curso. Esta etapa gerou um relatório parcial de avaliação de curso, sintetizando os resultados quantitativos e qualitativos, fazendo sua análise descritiva e apresentando uma análise de conteúdo das respostas abertas e opinativas.

2) Recolhimento e sistematização de indicadores institucionais sobre o curso e de resultados de outras avaliações, tais como a avaliação e auto-avaliação do docente e do discente, o perfil do aluno e do professor etc.

3) Auto-avaliação da Direção do curso, baseada na resposta de um roteiro pré-estabelecido e tendo por subsídios todos os dados anteriormente levantados.

Ao final da citada fase, diante da dificuldade de consolidar uma diversidade de dados quantitativos e qualitativos, referentes aos cursos, à auto-avaliação e aos indicadores institucionais, os avaliadores defrontaram-se com a necessidade de criar um instrumento facilitador, que permitisse uma exposição rápida e clara de dados diversos – objetivos e subjetivos – para orientar a discussão e poupar tempo dos envolvidos no processo decisório, normalmente pessoas extremamente ocupadas, que não podem ler relatórios circunstanciados.

Elaborou-se, então, um instrumento em forma de planilha, resumindo, consolidando e focalizando os problemas, possíveis causas, soluções sugeridas e medidas ne-

cessárias ou encaminhamento de soluções. O formato, trivial em planilhas, foi o de colunas orientadoras das fontes de dados e de linhas discriminando o conteúdo do material levantado.

Obtidas as planilhas de síntese do material, programaram-se reuniões entre a alta Direção da UCB, a Direção da Faculdade (ou as chefias dos departamentos diretamente envolvidos) e a equipe de avaliadores, que constituíram um grupo focal (um para cada diferente curso) com o objetivo de debater os resultados colhidos e de discutir as soluções a serem adotadas. O grupo focal reuniu-se, com sua atenção voltada sobre a Planilha de Resultados e Ação de cada curso avaliado. Como o instrumento é extremamente sintético, obteve-se uma visualização imediata, ampla, objetiva e produtiva dos problemas e do desdobramento de sua análise.

Ademais, embora tivesse sido previsto o aprofundamento de certos temas – e para isso o grupo de avaliadores se municiou de um alentado conjunto de documentos e de informações diversas –, a Planilha funcionou, na prática, como um instrumento de trabalho, que servia simultaneamente como *aide-mémoire*, como concentrador das discussões sobre temas realmente relevantes e como bloco de registro das decisões consensuais, dispensando o uso de quaisquer outros documentos. Sobre a mesa, à frente de cada participante da reunião, só existia uma cópia da Planilha.

A utilização da Planilha como instrumento facilitador da tomada de decisões,

e portanto de efetivação das conseqüências da avaliação, foi extremamente positiva, permitindo aos seus usuários transplanar a experiência para outros planos de avaliação, com igual sucesso.

Como muitos dos resultados obtidos em cada um dos cursos guardavam profunda semelhança entre si, foi possível, ao final, consolidar todas as planilhas e todos os resultados finais relativos às decisões tomadas em um relatório final de avaliação de cursos, que enfeixou, do ponto de vista documental, o processo avaliativo.

Grande parte das decisões tomadas nas reuniões teve repercussão imediata na qualidade dos cursos, uma vez que formalizou compromissos de atuação dos Diretores acerca de problemas que não vinham merecendo a devida atenção, ou que tinham sua

reciclagem de docentes em processos e métodos de ensino –, ou contribuíram para a reestruturação da própria Universidade, que passou, e continua passando, por uma profunda revisão dos seus processos de gestão acadêmica e de seus projetos pedagógicos e institucionais.

3.2. Descrição da Planilha

A Planilha de Resultados e Ação pode comportar ampla variedade de dados e permite organizá-los com flexibilidade e respeito às especificidades de diferentes objetos de avaliação. A apresentação da concepção original fornece uma visão contextualizada de sua construção e utilização.

A Planilha construída durante o processo de avaliação de cursos da UCB comportava cinco colunas, nomeadas e definidas a seguir:

Avaliação de alunos e professores	Outros indicadores do Curso	Auto-avaliação da Direção do Curso	Soluções sugeridas	Encaminhamento de soluções
-----------------------------------	-----------------------------	------------------------------------	--------------------	----------------------------

solução dependente apenas de posicionamentos dos dirigentes e dos docentes, assim como determinaram providências administrativas imprescindíveis para o suprimento de condições infra-estruturais requeridas para a melhoria. Outras decisões, de maior alcance, desencadearam mudanças que atingiram todos os cursos, indistintamente – tais como a implementação de um novo e mais completo modelo de planejamento e acompanhamento do processo pedagógico e a

1. No primeiro item, reuniu-se a síntese dos resultados quantitativos e qualitativos da coleta de dados de avaliação, empreendida junto a amostras selecionadas das populações de docentes e discentes, sobre os cursos, considerando os aspectos adiante detalhados. A amostra foi selecionada entre alunos e professores participantes dos três últimos semestres de cada curso, para captar a opinião abalizada de quem conhece longitudinalmente todo o curso.

2. A segunda coluna trazia informações complementares procedentes de outras avaliações realizadas, tais como o diagnóstico docente-discente, focalizado sobre a relação ensino-aprendizagem desenvolvida em sala de aula, e que contém a avaliação e a auto-avaliação de cada um dos segmentos envolvidos. Somavam-se a estes dados, indicadores institucionais referentes ao curso e à universidade, sobre perfil socioeconômico e de comportamento acadêmico de alunos e professores.

3. A próxima coluna ofereceu a síntese da auto-avaliação realizada pelos Diretores de Faculdade, sobre os dados coletados e apresentados nas duas primeiras colunas. Desta forma, os dados iniciais foram submetidos à reflexão crítica dos responsáveis pelos cursos, assessorados em alguns casos por seus colaboradores diretos, antes de serem objeto de análise de outros agentes.

4. A penúltima coluna resumiu as medidas sugeridas, em estudo ou em execução pelas faculdades, sob responsabilidade dos Diretores, Chefes ou Professores.

5. O último item compreendeu o espaço a ser preenchido em reuniões focais, após análise e discussão de cada item especificado, registrando decisões e encaminhamentos para cada situação crítica ou problema identificado.

As linhas da Planilha relacionavam os conteúdos de avaliação, sobre os quais procedeu-se o levantamento de dados. No caso presente, os conteúdos da avaliação foram divididos em nove conjuntos de fatores pesquisados. Assim, cada célula (encontro de linha com coluna) reuniu informações provenientes de cada uma das fontes relacionadas nas colunas, sobre os seguintes ele-

mentos constantes das linhas, pela ordem:

1) Objetivos do Curso - verificou o conhecimento e a opinião sobre os objetivos do curso e a qualidade de seu cumprimento.

2) Corpo Docente - questionou a impressão sobre a titulação, a preparação e a disponibilidade de atendimento dos professores do curso, genericamente.

3) Corpo Discente - solicitou a avaliação sobre a seleção ocorrida no vestibular, a preparação prévia às disciplinas cursadas e a preparação profissional que estava se completando.

4) Estrutura Curricular - questionou acerca da relação entre disciplinas, entre cursos, entre prática e teoria e entre graduação e pós-graduação.

5) Produção Científica - averiguou o conhecimento e o impacto que a produção científica do curso proporciona.

6) Extensão - averiguou o conhecimento e o impacto que as atividades de extensão do curso promoveram.

7) Infra-estrutura - avaliou a qualidade e quantidade das instalações para o desenvolvimento do curso, incluindo equipamentos, laboratórios, insumos e outros elementos de infra-estrutura.

8) Recursos Administrativos - argüiu acerca da qualidade da relação com a área administrativa relativa ao curso.

9) Outros - permitiu a consideração de outros elementos e informações relevantes para a avaliação do curso.

3.3. Generalização da Aplicação da Planilha

O avanço proporcionado pelo uso da Planilha de Resultados e Ação na primeira

avaliação de cursos da UCB, evidenciou a possibilidade de estender seu uso em outros processos avaliativos. Variações experimentadas permitem vislumbrar o alcance de seu uso em muitas das avaliações desenvolvidas nos programas de avaliação institucional em universidades. Por exemplo, uma Planilha proposta para consolidar a avaliação de um setor administrativo de apoio acadêmico, tal como biblioteca, secretaria acadêmica ou editora universitária poderia ser:

- Relações interpessoais;
- Clientes do setor ou dos serviços prestados;
- Relações entre unidades institucionais;
- Relações com a área fim da universidade;
- Outras considerações.

O instrumento comporta informações de múltiplas fontes de dados, com diferentes

Avaliação de Processo pelos funcionários	Resultado e Impacto junto à clientela	Auto Avaliação do responsável	Soluções sugeridas	Encaminhamento de soluções
Apresenta-se o resultado sobre a avaliação do funcionamento do setor	Resultados da consulta ao público-alvo do setor ou do serviço	Síntese da auto-avaliação realizada pelo dirigente e colaboradores	Medidas em estudo, sugeridas ou em execução	Espaço a ser preenchido durante reuniões focais

As informações são reunidas a partir de instrumentos de coleta de dados quantitativos e qualitativos, consolidados estatisticamente ou através da análise de conteúdos, selecionados em função de sua referência a problemas, faltas, falhas, pontos críticos ou situações indesejáveis. É importante selecionar as informações segundo seu conteúdo crítico, observando a melhor utilização dos espaços da Planilha, o tempo de reunião e a atenção desejada dos participantes.

A estratificação horizontal (ou seja, a definição das linhas) organiza os possíveis conteúdos da avaliação do setor, tal como se segue:

Conteúdos da avaliação do setor:

- Objetivos do setor;
- Estrutura e infra-estrutura;

conteúdos e níveis de análise, incluindo uma prévia auto-avaliação empreendida pelos responsáveis pela unidade. Tem-se já uma série de conclusões, sugestões e reflexões sobre os problemas e possíveis encaminhamentos. O próximo passo é programar a reunião do grupo focal para discussão dos resultados relatados na Planilha.

3.4. O Papel do Grupo Focal

A avaliação de diferentes unidades ou programas institucionais gera múltiplas informações e reúne múltiplos interesses em torno de seus resultados e desdobramentos. Uma avaliação de curso mobiliza, positiva ou negativamente, um grande público envolvido em seu processo. As autoridades responsáveis têm enorme responsabilidade diante dos resultados da avali-

ação e das expectativas da comunidade sobre as decisões decorrentes.

A Planilha de Resultados e Ação representa uma oportunidade de racionalizar o tempo, a reflexão, a discussão e a tomada de decisões institucionais sobre o objeto de avaliação. As pessoas e autoridades são selecionadas para a reunião do grupo focal em razão de sua relação de responsabilidade direta com o objeto e com a avaliação propriamente dita. Eventualmente, a participação de assessores, de auxiliares de avaliação e até mesmo do Reitor pode ampliar as discussões e o pensamento sobre as soluções dos problemas identificados.

É necessário o prévio esclarecimento aos participantes sobre a natureza crítica do conteúdo a ser apresentado, para preservar a qualidade do ambiente da reunião. Sugere-se iniciar a reunião com uma breve preleção sobre o histórico do curso, programa ou setor, seguido da citação de sua importância e dos seus pontos fortes, culminando com a exposição dos motivos e objetivos da reunião. A seguir, pode-se sensibilizar os dirigentes para a busca de soluções, evitando julgamentos de mérito e identificação de culpados. Nas discussões, apontam-se e discutem-se responsabilidades, para melhorar suas definições e ampliar sua consciência, evitando julgamentos sobre pessoas. Dirige-se a atenção sobre os fatos, sobre as avaliações e sobre as soluções possíveis. Recomenda-se que cada decisão coletiva seja acompanhada do nome da pessoa ou grupo de pessoas que cuidarão de sua execução, se possível definindo prazos, recursos e procedimentos disponíveis e necessários. Tudo é registrado na última coluna em branco.

4. Conclusão

A Planilha de Resultados e Ação, criada como instrumento de síntese de resultados avaliativos e de facilitação das análises finais e da tomada de decisões, revelou-se muito eficiente em situações práticas de avaliações institucionais procedidas pela UCB.

Apesar de sua óbvia simplicidade, constituiu uma forma original de apresentação dos dados para discussão, uma vez que a grande maioria das reuniões de discussão final de avaliações é subsidiada por relatórios tradicionais, normalmente extensos e sem a objetividade da Planilha, que dificultam a tomada de decisões, por falta de tempo dos participantes do processo para analisar minuciosamente volumes extensos de dados e informações.

Não obstante o resultado positivo, recomenda-se sua experimentação em outras situações e em outros contextos avaliativos, de forma a se consagrar sua eficiência e capacidade de contribuição ao principal efeito esperado de uma pesquisa avaliativa: gerar conseqüências, mudando a realidade atual e melhorando a qualidade futura.

A equipe da Diretoria de Avaliação Institucional da UCB coloca-se à disposição para trocar experiências sobre a proposta metodológica, através do seguinte endereço: Q.S. 07 – Lote 01 – Sala B112 – EPCT, Águas Claras, Taguatinga/DF – Cep: 72030-170, Fone: (61) 356.9093 – E-mail: copai@ucb.br.

ABSTRACT

This article is based in an institutional evaluation experience of the Catholic University of Brasilia – UCB, from 1997 to 2000, that led to a conception of a simple and objective methodology. This new way of organization and exposition of the evaluation results makes the decision process more efficient and the consequent realization of the necessary changes to answer the mentioned problems. Preliminarily, it's considered the theoretical fundamentals of evaluation of educational programs and projects, in the institutional evaluation ambit. The main item contains the justifying and the description of the proposed methodology, presenting the Results and Action Plan as an instrument of organization and presentation of the evaluation results. After the instrument is described, the evaluators provide, to the involved authorities, the opportunity of knowing the surveyed critic points and decide about the solutions, in an objective, fundament, rational and secure way. At last, it's recommended the experimentation of this methodology in other situations to take profit of its capacity of contributing to the generation of the consequences to the undertaken evaluations.

Keywords: Institutional Evaluation – Methodology of Evaluation.

RESUMEN

Este artículo se basa en la experiencia de evaluación institucional de la Universidad católica de Brasilia – UCB, de 1997 al 2000, que llevó a la concepción de una metodología simple y objetiva. Esta nueva de organización y exposición de resultados de evaluaciones hace más eficaz el proceso decisorio y la consecuente realización de los cambios necesarios para responder a los problemas señalados. Preliminarmente, son considerados los fundamentos teóricos de la evaluación de programas y proyectos educativos, en el ámbito de la evaluación institucional. El ítem principal contiene la justificativa y la descripción de la metodología propuesta, presentando la Planilla de Resultados y Acción como instrumento de organización, y presentación de los resultados de evaluaciones. Con el instrumento descrito, evaluadores proporcionan, a las autoridades relacionadas, la oportunidad de conocer los puntos críticos expuestos y decidir sobre el encaminamiento de soluciones, de forma objetiva, fundamentada, racional y segura. Por último, se recomienda su experimentación en otras situaciones de forma que se aproveche su capacidad de contribución a la generación de consecuencias para las evaluaciones emprendidas.

Palabras clave: Evaluación Institucional – Metodología de Evaluación.

Referências Bibliográficas

AGUILAR, M. J., ANDER-EGG, E. *Avaliação de serviços e programas sociais*. Tradução por Jaime A. Clasen e Lucia Mathilde E. Orth. Petrópolis, RJ.: Vozes, 1994. 199p. Tradução de: *Evaluacion de servicios y programas sociales*.

BRASKAMP, L. A., ORY, J. C. *Clarifying appropriate uses of assessment evidence: assessing faculty work: enhancing individual and institutional performance*. San Francisco: Jossey-Bass, 1984. p. 121-29.

CÁTEDRA UNESCO DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA. *Curso de especialização em avaliação*. Brasília, DF.: UnB, 1997. (volumes diversos).

COHEN, E., FRANCO, R. *Avaliação de projetos sociais*. Petrópolis, RJ.: Vozes, 1993. 312p.

MENTKOWSKI, M. *Creating a context where institutional assessment yields educational improvement*. In: STARK, J. S. THOMAS, A. (Ed.) *Assessment program evaluation*. USA-MA: Ashe Reader Series, 1994. p. 251-68.

NASCIMENTO, A.F.M., LASSANCE, R. *Avaliação de programas, projetos e outras atividades universitárias: referenciando a prática*. Brasília, DF.: Universa, 2000. 61p.

SELDIN, P. *Building successful evaluation programs: improving faculty performance, tenure decisions and the prototion process. Changing Practices in faculty evaluation*. San Francisco: Jossey-Bass, 1984. p. 127-76.

SELL, G. R. *An organizational perspective for effective practice of assessment*. In: STARK, J. S. THOMAS, A. (Ed.) *Assessment program evaluation*. USA-MA: Ashe Reader Series, 1994. p. 215-29.

STARK, J. S. *Avaliação em instituições isoladas de ensino superior e em universidades: perspectivas e modelos*. In: CÁTEDRA UNESCO DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA. *Curso de especialização em avaliação*. Brasília, DF.: UnB, 1998.

STUFFLEBEAM, D. L., WEBSTER, W.J. *An analysis of alternative approaches to evaluation*. In: STARK, J. S. THOMAS, A. (Ed.) *Assessment program evaluation*. [s.n.t.], 1994. p. 331-47 (Ashe Reader Series)